



Esse material possui texto alternativo

Mulheres com deficiência vítimas de violência e da invisibilidade

Você já ouviu falar em violência contra a mulher? E em Lei Maria da Penha? A palavra Feminicídio, é familiar para você? Quantas vezes você já leu ou ouviu alguma reportagem, palestra, discussão debatendo especificamente a violência contra mulheres com deficiência? Antes de falar sobre este assunto nas próximas páginas, convido você a responder ao *quiz* abaixo. Vamos nessa?

QUESTÃO 1

Mulheres com deficiência sofrem mais agressões físicas?

- A)** Claro que não. Elas são vistas como pessoas frágeis que requerem cuidados. Ninguém teria coragem de machucá-las
- B)** Sim, pois as mulheres com deficiência são mais vulneráveis diante de pessoas abusadoras e agressivas

QUESTÃO 2

No caso de sofrerem violência a maioria das mulheres com deficiência age da seguinte forma:

- A)** Dirige-se às delegacias e ONGs destinadas à proteção da mulher ou pede ajuda. Afinal, hoje temos fácil acesso aos meios de comunicação (incluindo redes sociais), portanto é claro que elas lutam por seus direitos, denunciam e fazem a justiça valer
- B)** Se cala e suporta tais condições por muito tempo, pois tem dificuldades de acessar os meios de denúncia e, algumas vezes, depende de terceiros ou do próprio abusador

QUESTÃO 3

Com a situação de isolamento devido à pandemia, ocasionada pela COVID-19, a rotina de mulheres com deficiência melhorou ou piorou?

- A)** Melhorou, pois já que todos estão em casa, elas não precisam se deslocar por espaços sem acessibilidade e ainda contam com mais atenção e cuidados dentro de seus lares
- B)** Nos casos em que os cuidadores, parceiros ou responsáveis por elas mantinham relações abusivas de violência, certamente piorou

Se você respondeu A em todas as questões, lamento informar que estamos bem longe dessa realidade. As respostas corretas são todas B.

O PROJETO CALIANDRA – SUA VOZ, NOSSA VOZ

surgiu com a intenção de chamar a atenção dos governos e da sociedade em relação à prevenção, identificação e enfrentamento de situações de violência baseada em gênero, especialmente contra meninas e mulheres com deficiência.

Como o **CALIANDRA** confronta a realidade atual? Sem violência, claro! Mas com muitas informações e argumentos, exigindo que o Estado pare de se omitir e passe a se comprometer com o problema, afinal é sua obrigação constitucional garantir vida, saúde e cuidado para todos os cidadãos e isso inclui o fornecimento de serviço de cuidadores profissionais para pessoas com deficiência.

A violência contra a mulher, independente de raça ou condição financeira, é um fato histórico que carimba as relações sociais desde a existência do homem. O machismo está presente em absolutamente tudo, inclusive na frase anterior, onde ao invés de escrevermos “existência dos seres humanos”, nossa semântica permite nos referir a toda uma espécie a partir do nome masculino. Mas se eu escrevesse “existência da mulher” não teria o mesmo sentido.

Por anos as mulheres existiram para, literalmente, servir ao homem, atuando como coadjuvantes sociais. As mulheres eram negociadas entre famílias, o que fazia do casamento um mero contrato. Não podiam trabalhar, nem votar, muito menos optar por não ter filhos. Enfim, não tinham voz.

Entretanto, mesmo nestas condições de submissão, muitas mulheres fizeram incríveis descobertas científicas, construíram impérios, lideraram descobrimentos e conquistaram territórios.

Atualmente precisamos concordar que a desigualdade entre os gêneros melhorou muito. Mas não foi resolvida. A mulher continua vivendo em situação de inferioridade dentro do seu lar onde, muitas vezes, apesar de também trabalhar fora, é a única

responsável pelas tarefas domésticas. Vivemos uma tendência na qual o número de lares chefiados por mulheres é significativo. Segundo dados da pesquisa PNAD Contínua – IBGE, das 71 milhões de residências existentes no Brasil no ano de 2018, 55% era chefiada por homens e 45% por mulheres.



O mesmo ocorre em seu trabalho. Mesmo exercendo funções iguais e se dedicando mais horas, não é vista como merecedora de mesmo cargo e salário que os homens. Até nas relações de afeto, onde muitos homens insistem em ter a última palavra nas tomadas de decisão, é comum vermos uma postura de submissão por parte da mulher. É também relativamente comum testemunharmos mulheres de forte personalidade, ocupando cargos elevados em uma empresa, optando por não se casarem.

A violência contra as mulheres tem muitas faces e é ainda pior contra mulheres com deficiência. É sabido que milhares de mulheres sofrem caladas, dia após dia, extrema violência doméstica. Os motivos de não se defenderem, cortarem relação com os abusadores, de não denunciarem ou lutarem por justiça são: medo, vergonha, dependência, sentimento de inferioridade, falta de apoio e de assistência do Estado e até da sociedade.

Se tais sentimentos assombram mulheres típicas, imagine mulheres com deficiência, onde a dependência e a falta de acesso às leis e informação são muito maiores, e a autoestima e o círculo de amizades são bem menores?

QUEIROZ, Marco A. T. **Aula proferida no projeto Vozes Femininas**, 2019. Mimeo

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – **Cartilha Enfrentando a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** [2020]. Disponível em: <<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-apoia-acao-do-mfdh-que-visa-combater-violencia-contra-a-mulher/enfrentando-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 12 fev.2021

“A mão que afaga é a mesma que apedreja”

Augusto dos Anjos

A violência ou o abuso contra mulheres com deficiência são, na maioria das vezes, cometidos por seus cônjuges ou parceiros. Mas as mulheres com deficiência também podem sofrer abuso por parte de seus cuidadores, membros da família e provedores de transporte, por exemplo. Especialmente mulheres com deficiência que precisam de ajuda nas atividades básicas diárias, como tomar banho, vestir-se ou comer, correm maior risco de sofrer abusos porque são física ou intelectualmente mais vulneráveis e podem ter muitos cuidadores diferentes ao longo de suas vidas.

Em todo o mundo, estudos revelam fatos assustadores sobre a violência contra mulheres e meninas com deficiência. O Grupo Banco Mundial afirma que elas podem enfrentar até 10 vezes mais agressões do que mulheres e meninas sem deficiência.

As mulheres mais suscetíveis à violência são aquelas com autismo, deficiências auditivas, visuais, psicossociais ou intelectuais, segundo a American Psychological Association.

Por vezes, meninas com deficiência não chegam nem a ter uma certidão de nascimento o que as priva de acessos a serviços sociais, de saúde e educação básicos. Elas literalmente não existem para a sociedade e podem viver em confinamento por uma vida inteira, sem acesso à informação ou lazer.

A falta de comprometimento por parte de seus pais ou responsáveis em se dedicarem a estas meninas e, consequen-

temente, construírem sua personalidade, caráter e plano de futuro, faz com que elas fiquem muitas vezes apáticas à própria existência e simplesmente sobrevivam. Muitas vezes, elas não entendem seus próprios sentimentos, pois não foram educadas emocionalmente para compreender o que é amor e o que agressão, o que é sonhar e o que é se decepcionar. Em muitas situações nem conseguem discernir como certo ou errado o ato de terceiros, apenas se submetem ao contexto a que são impostas.

Cadeiras de rodas, aparelhos auditivos e bengalas contribuem para melhorar a mobilidade e a vontade de sair de casa diante das grandes barreiras arquitetônicas e urbanísticas. As pessoas com deficiência muitas vezes são privadas de seu direito de ir e vir. E, frequentemente, muitas não têm acesso a esses equipamentos. Além disso, a pessoa com deficiência, seja ela de qualquer natureza, tende a reduzir a interação com outras pessoas, aumentando a sensação de solidão, impotência e dependência em virtude de uma sociedade capacitista e pouco aberta ao diferente.

Apesar da percepção estereotipada de que a violência é tipicamente vivenciada por mulheres mais jovens, os dados existentes confirmam que a violência física e sexual pode durar a vida de uma mulher, inclusive em estágios posteriores. A experiência cumulativa de violência ao longo do ciclo de vida pode ter um efeito negativo na saúde física e psicológica e no bem estar das mulheres idosas. A deficiência também costuma ser um fator de risco adicional à violência para as mulheres que adquirem uma condição relacionada à idade, como a demência.

KOISTINEN, Mari; NHLAPO, Charlotte; ARANGO, Diana; GANDINI, Camila. **Five facts to know about violence against women and girls with disabilities.** World Bank, 05 dez.2019. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/sustainablecities/five-facts-know-about-violence-against-women-and-girls-disabilities>> Acesso em 19 fev.2021



Esta violência tem nome, e são muitos

As mulheres com deficiência podem sofrer formas de abuso difíceis de reconhecer, tornando ainda mais difícil obter o tipo de ajuda que precisam. Aprender sobre os tipos existentes pode ajudar a identificá-los:

ABUSO FÍSICO - bater, estapear e /ou restringir fisicamente

ABUSO SEXUAL - forçar alguém a praticar atos sexuais ou ainda impedir que mulheres vivenciem sua sexualidade e seus direitos sexuais

ABUSO VERBAL - xingamentos e gritos

ABUSO EMOCIONAL - isolar alguém de amigos e familiares, humilhar ou ignorar uma pessoa

EXPLORAÇÃO FINANCEIRA - tirar e/ou controlar o dinheiro de uma pessoa

Alguns exemplos:

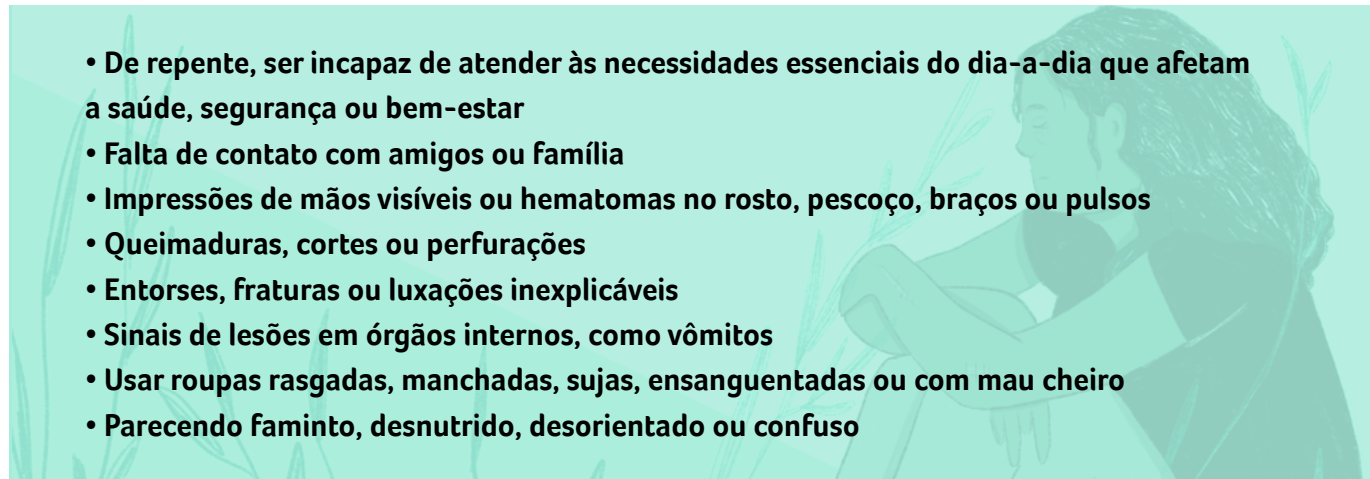
- **Remover ou destruir** os dispositivos de mobilidade de uma pessoa como cadeiras de rodas, patinetes, andadores, aparelhos auditivos e bengalas guia
- **Negar acesso** a medicamentos essenciais
- **Forçar a tomar remédio** contra sua vontade, ou induzir a tomar medicamentos fora do prescrito, incluindo aumento de dosagem para deixar a pessoa inerte
- **Forçar** a ficar com roupas ou fraldas sujas, sem banho ou sem escovar os dentes
- **Impedir o acesso** aos alimentos
- **Tocar de forma inadequada** uma pessoa ao ajudar no banho e/ou a se vestir
- **Negar acesso a recursos** relacionados à deficiência na comunidade e/ou a consultas de saúde, assistência social, educação, entre outros
- **Agredir fisicamente**, beliscando, batendo, jogando coisas, derrubando, puxando cabelo, sacudindo, entre outros
- **Agredir moralmente**, com gritos, palavras ofensivas, humilhações, ridicularizações e desprezo
- **Coibir com palavras e ações** que façam a pessoa se sentir um estorvo para a outra pessoa e/ou totalmente rejeitada por todos
- **Forçar sexo** ou tocar em partes íntimas sem consentimento
- **Abandonar**, deixar sem cuidados, guarda, vigilância ou em situação de risco, negligenciando os cuidados básicos
- **Abandonar em locais específicos**, acreditando que a pessoa ficará segura, como hospitais, casas de saúde, ONGs relacionadas

O que posso fazer?

Em alguns casos, a negligência pode ocorrer pela falta de informação ou imprudência dos responsáveis e cuidadores. Por isso, o primeiro passo para curar esta triste realidade é a educação. Educar a sociedade como um todo a partir de campanhas em materiais impressos, digitais e audiovisuais deveria ser papel do Estado. Como cidadãos podemos fazer nossa parte, compartilhando informação sobre o tema em nossas redes sociais, ou introduzindo o tema em rodas de conversa e convidando para o debate.

Dê uma chance e acredite no que diz uma menina ou mulher com deficiência quando narra situações de violência, ainda que não de forma totalmente detalhada e coerente.

Agora que você já aprendeu os tipos de abuso, precisa ficar atento e denunciar aos serviços de proteção se notar qualquer um dos seguintes casos ou sinais contra uma pessoa com deficiência:

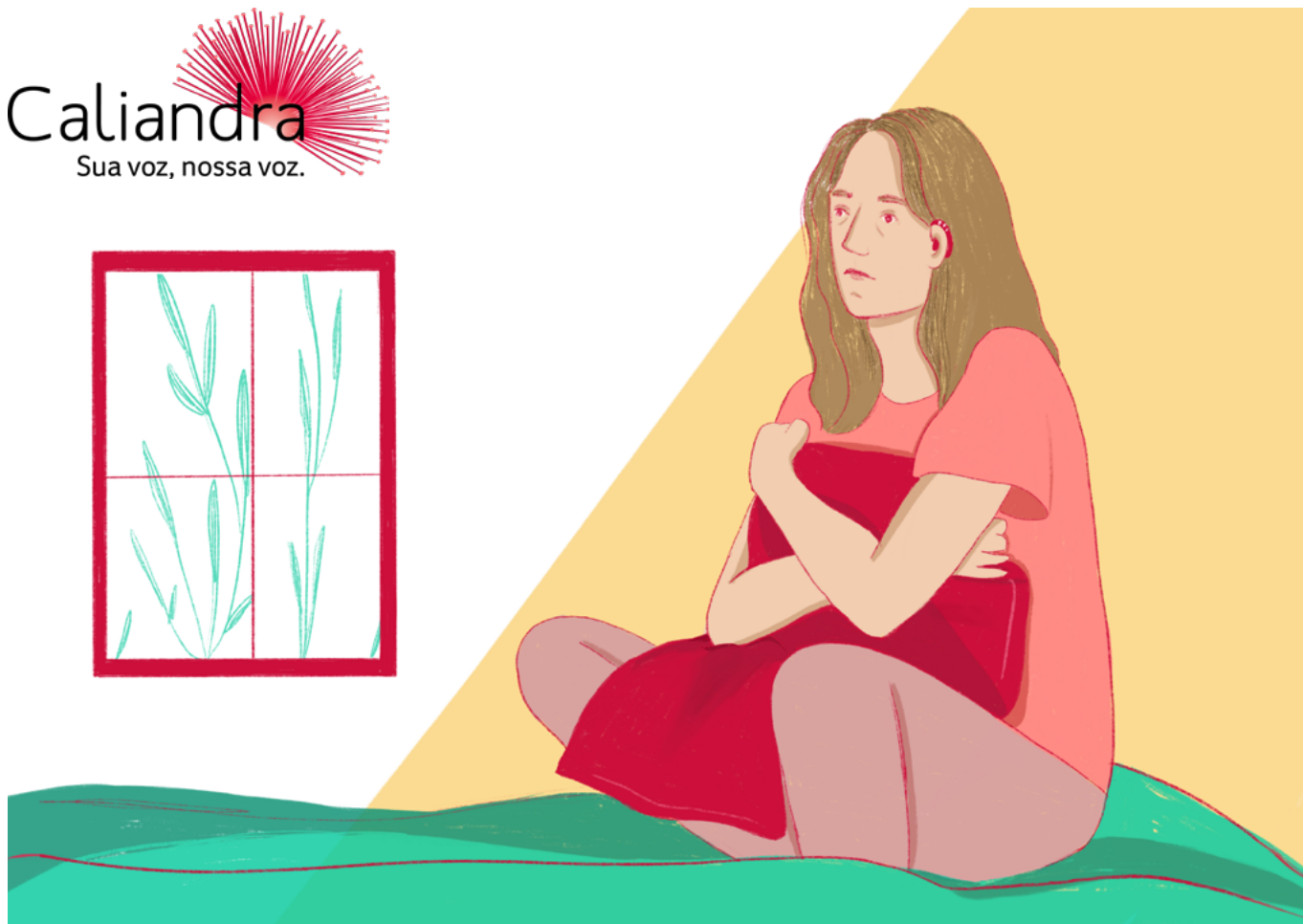
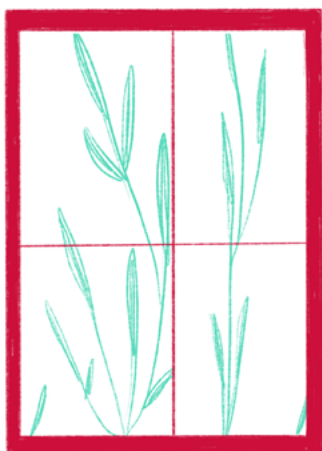
- 
- De repente, ser incapaz de atender às necessidades essenciais do dia-a-dia que afetam a saúde, segurança ou bem-estar
 - Falta de contato com amigos ou família
 - Impressões de mãos visíveis ou hematomas no rosto, pescoço, braços ou pulsos
 - Queimaduras, cortes ou perfurações
 - Entorses, fraturas ou luxações inexplicáveis
 - Sinais de lesões em órgãos internos, como vômitos
 - Usar roupas rasgadas, manchadas, sujas, ensanguentadas ou com mau cheiro
 - Parecendo faminto, desnutrido, desorientado ou confuso

Por muito tempo, a violência contra mulheres e meninas com deficiência foi uma questão cercada de silêncio. Chegou a hora de aumentar a conscientização e intensificar nossos esforços para criar mudanças profundas e duradouras para as mulheres e meninas que ficaram para trás.

PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha Prevenção da Violência**, 2020. Disponível em: <<https://www.todasinrede.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2020/07/CartilhaPrevencaoViolencia.pdf>> Acesso em 17 fev.2021

CLEMENTE, Instituto Jo. **Cartilha Violência contra Pessoas com Deficiência**, 2020. Disponível em: <<https://www.ijc.org.br/pt-br/defesa-de-direitos/centro-apoio-tecnico/Documents/Cartilha-violencia-2020-Online.pdf>> Acesso em 16 fev.2021

ASSOCIATION, American Psychological. **Abuse of women with disabilities Facts & resources**, 2014. Disponível em: <<https://www.apa.org/topics/violence/women-disabilities>> Acesso em 17 fev.2021



Esse material possui texto alternativo

COVID-19 e o isolamento social

A pandemia da COVID-19 assombra o mundo inteiro, mas para pessoas com deficiência que têm a saúde comprometida devido a problemas nos pulmões, coração, obesidade e diabetes, por exemplo, o risco de infecção, efeitos severos e até a morte são maiores, levando a maioria a ter que adotar isolamento total.

Como a única solução encontrada para proteger a população da COVID-19 é o distanciamento social, pessoas com deficiência perderam a rede social de apoio e o acesso aos poucos serviços de atendimento, pois tais locais estiveram fechados

e sem funcionar em boa parte do tempo. A opção foi se trancar em casa para tentar se proteger. Sim, tentar se proteger, pois pessoas com deficiência raramente moram sozinhas e muitas vezes dependem de terceiros para ajudar em sua rotina diária, o que compromete um efetivo isolamento.

Se o distanciamento social comprometeu a educação e desenvolvimentos de todas as crianças, adolescentes e adultos, pela falta de acesso a serviços que não fossem online, imagine as consequências em relação às pessoas com deficiência?

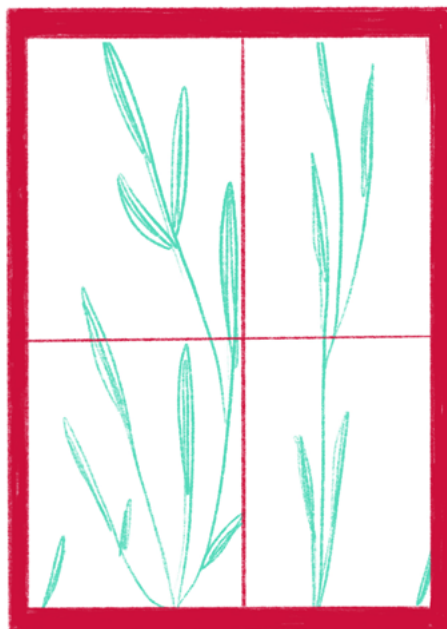
Letícia, 27 anos, é mãe de Carolina de 4 anos e autista. Ela contava com uma ONG que fechou devido à pandemia. Ela optou por continuar a trabalhar e deixar a menina com a sogra que, por sua vez, havia perdido o emprego. Apesar da ajuda da sogra ter sido essencial, Carolina ficou sem os atendimentos especializados de reabilitação, focados em desenvolver a capacidade intelectual, motora e emocional de Carol.

Já Sandra, de 52 anos, é mãe solteira e trabalhava em uma empresa como recepcionista para sustentar ela mesma e sua filha com paralisia cerebral, Gabriela de 28 anos. Com a pandemia, a ONG que Gabriela frequentava diariamente fechou e Sandra se viu obrigada a parar de trabalhar para cuidar da filha. A quem Sandra poderia confiar os cuidados de sua filha, mulher adulta com grande comprometimento intelectual, tendo certeza de que receberia todo amparo e não sofreria qualquer tipo de abuso? Mais um ponto para a desigualdade.

A COVID-19 fez com que as conquistas das pessoas com deficiência e seus familiares sofressem um enorme retrocesso e a previsão de futuro é incerta.

Explorando o nosso tema principal: o isolamento social elevou os índices da violência contra mulheres com deficiência. Na França, por exemplo, estudos já mostraram um aumento na violência contra pessoas com deficiência em mais de 30%. Os pedidos de ajuda e denúncias por outro lado diminuíram, justamente por diversas assistências estarem indisponíveis durante a pandemia e pelo receio de sair de casa e se contaminar, além das razões tradicionais de inacessibilidade.

A violência doméstica aumentou com a COVID-19 por diversos fatores, os principais fatos são:



- O isolamento social fez com que as pessoas com deficiência passassem a depender de únicos cuidadores que, muitas vezes sozinhos, acabam por ficar sobrecarregados, aumentando as chances de serem agressivos. Além deste fato, muitas vezes, parentes não familiarizados com o cuidado, tiveram que assumir as tarefas cotidianas em relação às pessoas com deficiência.

- Abusadores de pessoas com deficiência, especialmente de mulheres com deficiência, passaram a se sentir mais seguros em cometer violência, já que os serviços de assistência e regulação de proteção a pessoas com deficiência diminuíram, incluindo a ação da justiça.

- Tanto as pessoas com deficiência que requerem cuidados, como os responsáveis por estas, passaram a ter mais conflitos emocionais com o isolamento, resultando em mais estresses, discussões, brigas, conflitos e violência.

Estes são apenas alguns exemplos, pois pouco se tem falado e estudado sobre o impacto da COVID-19 na vida de pessoas com deficiência. Sabemos que, se antes, quando nossos problemas eram apenas os comuns a países subdesenvolvidos, como a falta de educação e saúde, agora essas situações de desigualdade se intensificaram e foram escancaradas. As pessoas com deficiên-

cia, que já eram colocadas no rodapé da lista de prioridades para os governos e sociedade, com a pandemia ficaram à deriva. Ouvimos discussões e planejamento sobre retomada da economia e serviços de turismo, mas pouco sobre tratar as pessoas com deficiência durante e após o isolamento social.



Human Rights Report 2020. **Impact of COVID-19 on persons with disabilities**, 2020. Disponível em <<https://www.edf-feph.org/content/uploads/2021/01/Final-final-Human-Rights-Published.pdf> > Acesso em 16 fev.2021



Esse material possui texto alternativo

Divulgue e aja no sentido de garantir acesso e acessibilidade!

SERVIÇOS DE SAÚDE

Os serviços de saúde precisam se tornar acessíveis em todos os seus níveis de complexidade, desde unidades básicas até hospitais de alta complexidade e serviços de atendimento à mulher, como serviços de saúde sexual e reprodutiva. A acessibilidade inclui aspectos arquitetônicos, urbanísticos, de transporte, de comunicação, programático e atitudinal.

Os profissionais de saúde precisam conhecer os sinais de violência contra pessoas com deficiência e rever suas posições capacitistas.

O SUS é universal, portanto as mulheres com deficiência têm direito a serem atendidas adequadamente em qualquer situação.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os serviços de assistência social também precisam ser acessíveis, principalmente CRAS, CREAS, Casa das Mulheres e demais unidades de proteção social.

Os profissionais de assistência social precisam entender que as mulheres com deficiência são também seu público alvo.

Os serviços especializados de proteção social não devem repetir modelos antigos de instituições filantrópicas especializadas, mas estarem voltados às situações de violência em geral e baseada em gênero contra mulheres com deficiência.

Os profissionais de todos os serviços que atendem mulheres vítimas de violência devem estar preparados tecnicamente, eticamente, revendo sua postura capacitista e de descrédito em relação às mulheres com deficiência, particularmente as com deficiência intelectual quando denunciam situações de violência.

SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Também os serviços de segurança pública e de justiça precisam dispor de todas essas características sob pena de estarem praticando injustiça social.

Os sistemas digitais de denúncia de crimes de violência contra mulheres precisam ser acessíveis a todas.

SISTEMA DE EDUCAÇÃO

A educação é um sistema importante de proteção social das crianças, particularmente das meninas com deficiência, portanto precisam ser priorizados quanto a permanecerem abertos durante a pandemia.

Os professores precisam estar preparados para identificar sinais de violência contra meninas com deficiência, saberem encaminhá-las adequadamente e principalmente darem crédito a sua fala.

A escola é também responsável, ao lado da família, para desenvolver conhecimento e atitude nas meni-

nas com deficiência com relação à proteção de seus corpos.

TODOS SOMOS RESPONSÁVEIS

Intercâmbio entre movimentos feministas de mulheres com e sem deficiência.

Somos todas irmãs e as mulheres sem deficiência precisam conhecer as necessidades específicas das meninas e mulheres com deficiência para poder considerá-la em seu planejamento e na sua prática.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Toda a sociedade, incluindo as empresas, são responsáveis para desenvolverem planos de ação para prevenção e combate à violência baseada em gênero contra suas funcionárias com deficiência.

Os vizinhos e pessoas próximas são responsáveis por apoiar mulheres e meninas com deficiência quando estas são vítimas de violência baseada em gênero.



Sassaki RK. **Violência contra mulheres com deficiência**. Centro para Estudos de Políticas sobre Mulheres [internet]. 2011. Relatório. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/violencia_mulheres_deficiencia.pdf> Acesso em 15 fev.2021.

Não silencie, denuncie!



Esse material possui texto alternativo

Você também pode ampliar essa voz que convida à luta! Vamos juntas nesse forte grito por igualdade e justiça.

LIGUE 180 - Central de Atendimento à Mulher

DISQUE 100 - Disque Denúncia Nacional para Violação de Direitos Humanos

DISQUE 100-3 - Opção da Pessoa com Deficiência

LIGUE 180 e DISQUE 100 - Serviços disponíveis no WhatsApp e no Telegram

Site www.ouvidoria.mdh.gov.br

Aplicativo “Direitos Humanos Brasil”

Rede de suporte a meninas e mulheres

Os serviços estão divididos em: Justiça, Saúde, Segurança Pública e Assistência Social.

Dentro de cada um, tem órgãos especializados em atendimentos às mulheres em situação de violência e os não especializados que fazem os devidos encaminhamentos quando necessário.

NA SEGURANÇA PÚBLICA:

- Delegacias de Polícia comuns, especializadas nos direitos da mulher e delegacias especializadas nos direitos das pessoas com deficiência (em São Paulo e Belo Horizonte)
- Patrulhas da Polícia Militar comuns e Patrulhas “Maria da Penha”
- Guardas Municipais comuns e “Maria da Penha”
- Corpo de Bombeiros
- Instituto Médico Legal

NO SISTEMA DE JUSTIÇA:

- Juízos comuns e especializados
- Promotorias comuns e especializadas
- Defensorias comuns e Núcleos de Defesa da Mulher das Defensorias Públicas



NA SAÚDE:

- Postos/Centros de Saúde
- Hospitais
- Serviços de Saúde Especializados em Atendimento a Mulheres em Situação de Violência
- SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência

NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Casas-abrigo
- Casas de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência
- Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS
- Centros de Referência de Assistência Social – CRAS

Além desses, as mulheres podem, também, contar com:

- Casas da Mulher Brasileira
- Centros de Referência/especializados de Atendimento À Mulher

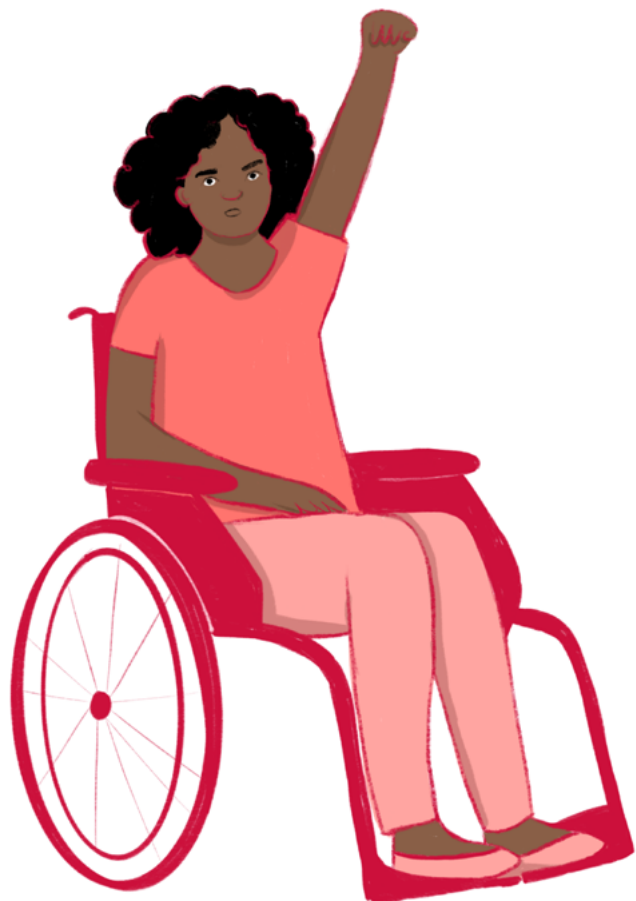
Se você quiser conversar conosco, utilize o e-mail: **caliandra@ame-sp.org.br**

Teremos o imenso prazer em partilhar histórias de sororidade. Nossa irmandade é uma força para construção de uma sociedade solidária e inclusiva.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - **Cartilha Enfrentando a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** [2020]. Disponível em: <<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-apoia-acao-do-mfdh-que-visa-combater-violencia-contr-a-mulher/enfrentando-a-violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 12 fev.2021.

Apoio:





FICHA TÉCNICA:

REALIZAÇÃO:

Caliandra – Sua voz, nossa voz

REDAÇÃO:

Alessandra Nunes
Ana Rita de Paula
Carol Rovai.

PROJETO GRÁFICO:

Ideia Viva Inteligência Estratégica e Comunicação
Fernanda Brescia
Glaucia Boner

ILUSTRAÇÃO:

Paloma Barbosa

COORDENAÇÃO:

Caliandra

Ana Rita de Paula – Consultora
Mila Guedes – Coordenadora Geral
Tuca Munhoz – Consultor

REVISÃO ORTOGRÁFICA:

Valéria Corbucci

TRADUÇÃO:

Mariana Campos

Março 2021

Publicação produzida com o apoio
da Mobility International USA (MIUSA) e AME



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Ana Paula Cechinel CRB-8/9062)

M956

Mulheres com Deficiência vítimas de violência e da invisibilidade
/ Alessandra Nunes, Ana Rita de Paula, Carol Rovai (redatoras);
ilustração de Paloma Barbosa -- São Paulo : Projeto Caliandra,
2021.

13 p.: il.

1. Violência contra mulheres com deficiência 2. Brasil I.
Nunes, Alessandra. II. Paula, Ana Rita de. III. Rovai, Carol.

CDD: 362.8292

CDU: 343.6:396.2-056.26